

No. 40049

Multilateral

Agreement establishing common requirements for the processing of short-term visa applications. Brasília, 30 July 2002

Entry into force: *1 October 2003, in accordance with article 7 (see following page)*

Authentic text: *Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Community of Portuguese-Speaking Countries, 1 March 2004*

Multilatéral

Accord relatif au maximum de conditions élémentaires requises pour les processus d'application de visa de court séjour. Brasília, 30 juillet 2002

Entrée en vigueur : *1er octobre 2003, conformément à l'article 7 (voir la page suivante)*

Texte authentique : *portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Communauté des pays de langue portugaise, 1er mars 2004*

Participant	Ratification
Angola	11 Jul 2003
Portugal	8 Aug 2003
Sao Tome and Principe	25 Sep 2003

Participant	Ratification
Angola	11 juil 2003
Portugal	8 août 2003
Sao Tomé-et-Principe	25 sept 2003

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO SOBRE ESTABELECIMENTO DE REQUISITOS COMUNS MÁXIMOS PARA A INSTRUÇÃO DE PROCESSOS DE VISTO DE CURTA DURAÇÃO

Considerando que um dos objectivos da constituição da CPLP é o de contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre os povos que têm em comum a língua portuguesa, pedra basilar da sua identidade, e nesse sentido promover medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos Estados Membros, no espaço da CPLP;

Considerando o interesse comum em prosseguir uma política de cooperação no sentido de reforçar cada vez mais os laços especiais de Amizade que unem os Povos e Governos da CPLP;

Tendo em consideração o disposto nas Resoluções de Maputo e São Tomé sobre Cidadania e Circulação de Pessoas no espaço da CPLP;

Considerando ainda o disposto nos Comunicados Finais do V e VI Conselho de Ministros realizados, respectivamente em Maputo e São Tomé sobre Cidadania e Circulação de Pessoas no Espaço da CPLP;

A República de Angola, a República Federativa do Brasil, a República de Cabo Verde, a República da Guiné-Bissau, a República de Moçambique, a República Portuguesa e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, acordam o seguinte:

Artigo 1º

- Adoptar medidas comuns tendentes a agilizar a concessão de vistos de curta duração para os cidadãos da CPLP, nos respectivos Estados Membros.
- Na instrução dos processos de visto de curta duração (trânsito, turismo, e negócios) não serão exigidos outros documentos além dos seguintes:
- Duas fotografias iguais, tipo passe (3X4) a cores;
- Documento de viagem com validade superior em, pelo menos três meses à duração de estada prevista;
- Prova de meios de subsistência;
- Bilhete de passagem de ida e volta;
- Certificado internacional de imunização (vacinação).

Artigo 2º

A emissão de vistos de curta duração por parte de um Estado Membro a cidadãos nacionais de qualquer outro Estado Membro deverá ser efectuada no mais curto espaço de tempo, não devendo ultrapassar o prazo máximo de sete dias.

Artigo 3º

1. Os Estados Membros interessados em eventuais alterações ao presente Acordo, enviarão por escrito, ao Secretariado Executivo, uma notificação, contendo as propostas de emenda.
2. O Secretariado Executivo promoverá, num prazo máximo de 90 dias a contar da data da notificação, o início das negociações, dando conhecimento imediato ao Comité de Concertação Permanente.

3. O texto resultante das negociações acima referidas será encaminhado ao Conselho de Ministros para aprovação.

Artigo 4º

1. Cada Estado Membro reserva-se o direito de suspender temporariamente a aplicação do presente Acordo por motivos de ordem interna, de segurança nacional, de saúde pública ou obrigações internacionais, dando do facto imediato conhecimento aos demais Estados Membros.
2. A suspensão referida no número anterior produz efeitos a partir da data da recepção da notificação pelo Secretariado Executivo.

Artigo 5º

1. Qualquer Estado Membro poderá denunciar o presente Acordo, mediante notificação ao Secretariado Executivo que, por sua vez, comunicará de imediato aos demais Estados Membros.
2. A denúncia produzirá efeito 60 dias após a data da recepção da notificação.

Artigo 6º

1. As dúvidas resultantes da interpretação ou aplicação do presente Acordo serão resolvidas por consenso entre os Estados Membros.

Artigo 7º


1. O presente Acordo entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data em que três Estados Membros da CPLP tenham depositado na sede da CPLP, junto ao Secretariado Executivo, os respectivos instrumentos de ratificação ou documentos equivalentes que os vinculem ao Acordo.
2. Para cada um dos Estados Membros que vier a depositar posteriormente, na sede da CPLP, junto ao Secretariado Executivo, o respectivo instrumento de ratificação ou documento equivalente que o vincule ao Acordo, o mesmo entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data do depósito.

Artigo 8º

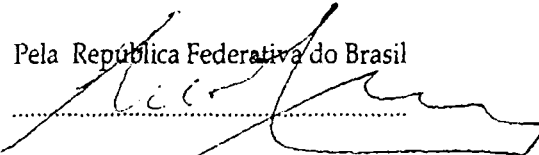
O texto original do presente Acordo será depositado na sede da CPLP, junto do Secretariado Executivo, que enviará cópias autenticadas do mesmo aos Estados Membros.

Feito e assinado em Brasília, a 30 de Julho de 2002

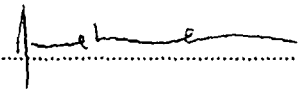
Pela República de Angola


.....

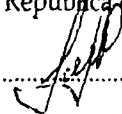
Pela República Federativa do Brasil


.....

Pela República de Cabo Verde


.....

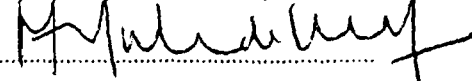
Pela República da Guiné-Bissau


.....

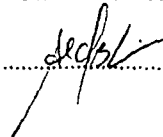
Pela República de Moçambique


.....

Pela República Portuguesa


.....

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe


.....

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT ESTABLISHING COMMON REQUIREMENTS FOR THE
PROCESSING OF SHORT-TERM VISA APPLICATIONS

Considering that one objective of the Community of Portuguese-Speaking Countries, hereinafter referred to as CPLP, is to help strengthen the bonds of sympathy and the solidarity and brotherhood between the peoples who share the Portuguese language as the cornerstone of their identity and, to that end, to promote measures that will facilitate the movement of citizens of its member States within CPLP;

Considering the common interest in pursuing a policy of cooperation aimed at further strengthening the special bonds of friendship that unite the peoples and governments of CPLP;

Taking into account the provisions of the Maputo and São Tomé resolutions on citizenship and the movement of persons within CPLP; and

Considering also the provisions of the final communiqués of the fourth and sixth meetings of the Council of Ministers, held in Maputo and São Tomé, respectively, with regard to citizenship and the movement of persons within CPLP;

The Republic of Angola, the Federative Republic of Brazil, the Republic of Cape Verde, the Republic of Guinea-Bissau, the Republic of Mozambique, the Portuguese Republic and the Democratic Republic of São Tomé and Príncipe have agreed as follows:

Article 1

- To adopt common measures aimed at speeding up the issuance to CPLP citizens of short-term visas by other CPLP member States.
- In processing applications for short-term visas (transit, tourist and business), no documents other than the following shall be required:
 - Two identical colour permit-size (3x4) photographs;
 - A travel document valid for at least three months beyond the length of stay envisaged;
 - Proof of means of subsistence;
 - A round-trip ticket; and
 - An international vaccination certificate.

Article 2

Short-term visas shall be issued by member States to citizens of other member States as quickly as possible and, in any event, within seven days.

Article 3

1. Member States interested in making changes to this Agreement shall send a written notification, containing the proposed amendments, to the Executive Secretariat.
2. The Executive Secretariat shall encourage the opening of negotiations within 90 days of the date of notification and shall so inform the Standing Committee for Consultation immediately.
3. The text resulting from the aforementioned negotiations shall be referred to the Council of Ministers for approval.

Article 4

1. Each member State reserves the right to suspend the implementation of this Agreement temporarily for reasons of public order, national security, public health or international obligations. In that event, it shall notify the other member States immediately.
2. The suspension referred to in the preceding paragraph shall take effect as from the date of receipt of the notification by the Executive Secretariat.

Article 5

1. Any member State may terminate this Agreement by notifying the Executive Secretariat, which, in turn, shall inform the other member States immediately.
2. Such termination shall take effect 60 days from the date of receipt of the notification.

Article 6

1. Any questions arising from the interpretation or implementation of this Agreement shall be resolved by consensus of the member States.

Article 7

1. This Agreement shall enter into force on the first day of the month following the date on which three member States of CPLP deposit their respective instruments of ratification or equivalent documents of accession to the Agreement with the Executive Secretariat.
2. For each member State which subsequently deposits its instrument of ratification or an equivalent document of accession to the Agreement with the Executive Secretariat at CPLP Headquarters, the Agreement shall enter into force on the first day of the month following the date of deposit.

Article 8

The original text of this Agreement shall be deposited with the Executive Secretariat at CPLP Headquarters, which shall send certified copies of it to the member States.

Done and signed at Brasilia on 30 July 2002.

For the Republic of Angola:

[ILLEGIBLE]

For the Federative Republic of Brazil:

[ILLEGIBLE]

For the Republic of Cape Verde:

[ILLEGIBLE]

For the Republic of Guinea-Bissau:

[ILLEGIBLE]

For the Republic of Mozambique:

[ILLEGIBLE]

For the Portuguese Republic:

[ILLEGIBLE]

For the Democratic Republic of Sao Tomé and Príncipe:

[ILLEGIBLE]

[TRANSLATION — TRADUCTION]

ACCORD RELATIF AU MAXIMUM DE CONDITIONS ÉLÉMENTAIRES REQUISES POUR LES PROCESSUS D'APPLICATION DE VISA DE COURT SÉJOUR

Considérant que l'un des objectifs de la Communauté des pays de langue portugaise, ci-après dénommée CPLP, consiste à renforcer les liens de sympathie, ainsi que la solidarité et la fraternité entre les peuples qui partagent la langue portugaise, clef de voûte de leur identité et, à cette fin, à favoriser les mesures facilitant le mouvement des citoyens de ses Etats membres dans les limites de la CPLP ;

Considérant l'intérêt commun qu'ils ont de mener une politique de coopération visant à renforcer plus encore les liens spéciaux d'amitié qui unissent les peuples et les Gouvernements de la CPLP ;

Prenant en considération les dispositions des résolutions de Maputo et de São Tomé en matière de citoyenneté et de mouvement des personnes dans le périmètre de la CPLP ; et

Considérant également les dispositions des communiqués finals de la quatrième et de la sixième réunions du Conseil des ministres, respectivement tenues à Maputo et à São Tomé, en ce qui concerne la citoyenneté et le mouvement des personnes au sein de la CPLP ;

La République d'Angola, la République fédérative du Brésil, la République du Cap Vert, la République de Guinée-Bissau, la République de Mozambique, la République portugaise et la République démocratique de São Tomé et Príncipe sont convenues de ce qui suit :

Article premier

- D'adopter des mesures communes ayant pour but d'accélérer la délivrance, aux citoyens de la CPLP, de visas de court séjour par d'autres Etats membres de la CPLP.

- Dans le traitement des demandes de visas de court séjour (transit, tourisme et affaires), aucun document autre que les suivants n'est exigé :

- Deux photographies d'identité identiques en couleur (format 3x4) ;
- Un titre de voyage valide pour aux moins trois mois au-delà de la durée du séjour envisagée ;
- Des preuves des moyens d'existence ;
- Un billet aller-retour ; et
- Un certificat international de vaccination.

Article 2

Les visas de court séjour sont accordés par les Etats membres aux citoyens d'autres Etats membres dans les meilleurs délais, et, en toute éventualité, dans un délai de sept jours.

Article 3

1. Les Etats membres souhaitant amender le présent Accord envoient au Secrétariat exécutif une notification écrite faisant état des amendements proposés.

2. Le Secrétariat exécutif encourage l'ouverture de négociations dans un délai de 90 jours à compter de la date de la notification et en informe immédiatement le Comité permanent des consultations.

3. Le Conseil des ministres est saisi du texte issu des négociations susvisées en vue de son agrément.

Article 4

1. Chaque Etat membre se réserve le droit de suspendre temporairement l'application du présent Accord pour des raisons d'ordre public, de sécurité nationale, de santé publique ou d'obligations internationales. Dans cette éventualité, il en notifie immédiatement les autres Etats membres.

2. La suspension visée au paragraphe précédent prend effet à la date de la réception de la notification au Secrétariat exécutif.

Article 5

1. Tout Etat membre peut dénoncer le présent Accord en en notifiant le Secrétariat exécutif, lequel, à son tour, en informe immédiatement les autres Etats membres.

2. Cette dénonciation prend effet 60 jours à compter de la date de la réception de la notification.

Article 6

1. Tout problème touchant à l'interprétation ou à la mise en oeuvre du présent Accord est réglé par consensus entre les Etats membres.

Article 7

1. Le présent Accord entre en vigueur le premier jour du mois suivant la date à laquelle trois Etats membres de la CPLP déposent auprès du Secrétariat exécutif leurs instruments respectifs de ratification de ou de leurs documents équivalents d'adhésion à l'Accord.

2. Dans le cas de chacun des Etats membres déposant ultérieurement son instrument de ratification ou un document équivalent d'adhésion à l'Accord auprès du Secrétariat exécutif au siège de la CPLP, l'Accord entre en vigueur le premier jour du mois suivant la date du dépôt.

Article 8

L'original du texte du présent Accord sera déposé auprès du Secrétariat exécutif au siège de la CPLP, qui en enverra des copies certifiées aux Etats membres.

Fait et signé à Brasilia, le 30 juillet 2002.

Pour la République d'Angola :

[ILLISIBLE]

Pour la République fédérative du Brésil :

[ILLISIBLE]

Pour la République du Cap Vert :

[ILLISIBLE]

Pour la République de Guinée-Bissau :

[ILLISIBLE]

Pour la République de Mozambique :

[ILLISIBLE]

Pour la République portugaise :

[ILLISIBLE]

Pour la République démocratique de São Tomé et Príncipe :

[ILLISIBLE]

